

Documento de Área

Comunicação, Informação e Museologia

Área 31

Coordenador da Área:

Paulo Roberto Gibaldi Vaz

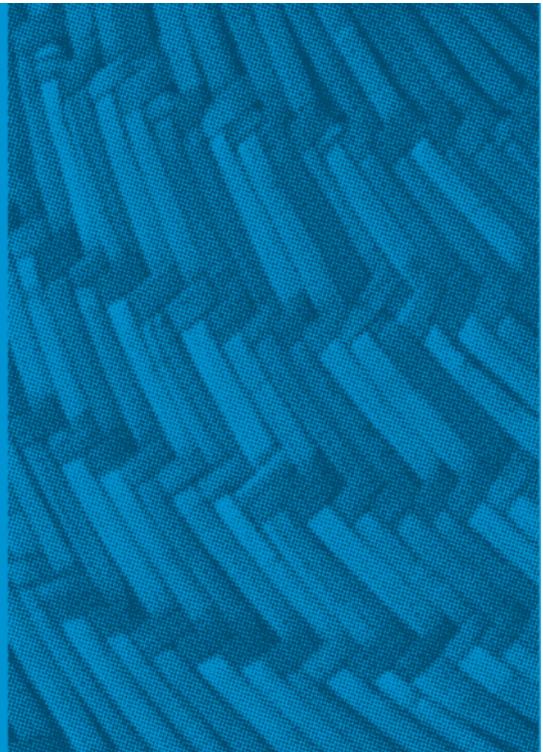
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Coordenador Adjunto de Programas Profissionais:

Eliezer Pires da Silva

2025 - 2028



SUMÁRIO

PREÂMBULO	5
ESTADO DA ARTE	7
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	11
1.1 Inovações, transformações e propostas.....	11
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	12
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	13
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)	14
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância.....	15
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional.....	16
1.7 Visão da Área sobre formas associativas.....	18
1.8 A interdisciplinaridade na Área	18
1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA) ..	19
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL	20
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	20
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	20
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta	22
3 IMPACTO	24
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	24
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.....	24
3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	25
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	27
4.1 Casos de Impacto	27

4.2	Nucleação e Solidariedade	27
4.3	Adoção de Boas Práticas Editoriais	28
4.4	Internacionalização (critério para a nota 7)	28
4.4.1	Pesquisa:	28
4.4.2	Produção Intelectual:	29
4.4.3	Mobilidade Acadêmica:	29
4.4.4	Atuação Institucional:	29
5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	30
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	30
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	31
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	32
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	33
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração	33
7	OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	35
7.1	Tipos de trabalho final	35

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de Avaliação e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Capes, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, ele constitui a base dos diferentes processos de avaliação da Capes.

A Área de Comunicação, Informação e Museologia (31), anteriormente denominada “Ciências Sociais Aplicadas I”, é constituída pelas seguintes áreas básicas: Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, abrangendo programas de Pós-Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Jornalismo e Museologia.

A Comunicação e a Ciência da Informação pesquisam fenômenos centrais da sociedade contemporânea e têm um importante papel junto à sociedade brasileira, na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. O volume de dados, informações e conhecimentos produzidos em distintos ambientes, com diferentes finalidades e usos, influem nos processos de investigação e evidenciam a importância do humano, nesse contexto. A rede, as mídias, os fluxos e os processos informacionais edificam uma nova sociedade e constituem problemáticas e objetos de estudo instigantes e inovadores. A Era Digital e as transformações tecnológicas vivenciadas induzem novos campos do saber e impõem novos temas aos pesquisadores da Área, abarcando desde as notícias falsas (fake news) até a Ciência aberta. Os novos padrões interativos, o acesso à informação, o direito ao sigilo da informação pessoal, a desinformação, a contrainformação, dentre outros aspectos que fazem parte do cotidiano da sociedade, consistem em alguns dos múltiplos desafios a serem respondidos.

A Museologia concentra-se na preservação, interpretação e divulgação do patrimônio cultural. Museus são espaços de encontro entre o passado, o presente e o futuro, proporcionando experiências educacionais e emocionais, as quais transcendem fronteiras temporais e geográficas. Os museus contemporâneos enfrentam o desafio de se adaptar às demandas de uma sociedade em constante mudança, adotando abordagens inovadoras, a fim de envolver públicos diversos e repensar narrativas históricas tradicionais.

Nessa perspectiva, as apreciações sobre a Área evidenciam a responsabilidade acadêmico-científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras, no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo, de modo multi/pluri, inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos

sociais contemporâneos. A Área de Comunicação, Informação e Museologia está imbricada ao conjunto das dinâmicas da vida contemporânea, em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e de sobrevivência física, configurando-se em um desafio real para a formação de novos pesquisadores, nesses campos do conhecimento.

A elaboração deste novo Documento de Área está alinhada com a ficha de avaliação do quadriênio 2025-2028. A nova ficha deixa espaço para esclarecimentos, pela futura coordenação, dos valores e princípios que orientam a formulação de seus critérios. Considerando o longo intervalo entre sua redação, em 2024, e sua aplicação, na avaliação de 2029, é esperado que ocorram mudanças tecnológicas e políticas, tal como aconteceu entre a ficha redigida em 2019 e sua aplicação na avaliação que se iniciará em breve, em 2025. O seminário de meio-termo, previsto para 2027, deverá esclarecer e aprofundar as ideias e valores que orientam os critérios de avaliação definidos na nova ficha de avaliação e neste documento de área.

Desde a criação do Proex, em 2006, a internacionalização era o principal critério de avaliação dos programas, com ênfase na produção acadêmica e na participação em redes globais de pesquisa, além de certas iniciativas, como cotutela e dupla diplomação. A qualidade de um programa dependia amplamente do número de artigos publicados em revistas internacionais. No entanto, o CTC-ES atual promoveu uma mudança de enfoque, dando também grande ênfase ao impacto na sociedade. Atualmente, a avaliação está centrada nos efeitos positivos que as ações, produtos e processos dos programas podem gerar para a sociedade, legitimando a pós-graduação não apenas através de uma avaliação interna, mas também perante a comunidade em geral. Essa mudança já era visível na ficha anterior, mas se consolidou este ano, com a decisão do CTC-Es de elevar o item "impacto na sociedade" ao último quesito da ficha, englobando e dando sentido a todos os outros.

A alteração na ênfase dada à internacionalização também se reflete no fato de esse critério ter deixado de ser obrigatório para todos os programas. Como será esclarecido mais adiante, na Área de Comunicação, Informação e Museologia, cada programa pode definir seu foco, seja regional, seja nacional, seja ainda internacional, conforme sua missão, e esses diferentes tipos de inserção influenciarão a avaliação. Isso abre espaço para que programas regionais ou locais possam alcançar excelência, sem a obrigatoriedade de atender ao critério de internacionalização, de sorte a atingir a nota 6.

Outra característica da nova ficha é o destaque para a avaliação qualitativa da produção intelectual de discentes, egressos e docentes. Esse novo enfoque questiona a validade de se usar a classificação das revistas como único critério indicador da qualidade dos artigos. Haverá, portanto, um retorno à avaliação direta da produção intelectual, por meio de índices de repercussão e de uma avaliação qualitativa dos artigos. Dado o grande volume de produção acadêmica, essa avaliação será feita por amostras, sendo que a produção de discentes, docentes e egressos, observado o impacto

dos programas na sociedade, representa 43% dos pesos que compõem a avaliação de um programa, a maioria sendo avaliada qualitativamente.

Outro efeito dessa ênfase na avaliação qualitativa é a redução dos incentivos ao produtivismo. Na ficha da nossa Área, serão consideradas as quatro melhores produções de cada docente (com média de um livro, capítulo ou artigo por ano), uma amostra de teses e dissertações e as 10 melhores produções do programa, entre outros critérios.

ESTADO DA ARTE

A expansão da Área 31, nas últimas décadas, decorreu basicamente de dois fatores: I) a despeito de ser um campo de conhecimento e pesquisa cuja consolidação é relativamente recente, conta com uma base na graduação muito ampla, particularmente no que diz respeito à Comunicação e suas habilitações mais procuradas, como o Jornalismo, a Publicidade e Propaganda e o Audiovisual (compreendendo Cinema, Rádio e TV); II) a compreensão, hoje largamente aceita, de que os fenômenos relativos à mídia, à gestão do conhecimento, ao armazenamento e à difusão de informações, entre outros aspectos da comunicação e da informação, são extremamente relevantes para o entendimento das realidades sociais e políticas, bem como essenciais ao bem estar das comunidades e ao desenvolvimento das sociedades.

O crescimento da Área é claramente expresso no Gráfico 1, o qual mostra a expansão do número de programas desde a criação de seu primeiro mestrado, em 1970.

Esse crescimento, que se acentuou nas últimas décadas, reflete a tendência concomitante de expansão da pós-graduação no Brasil e o amadurecimento e a multiplicação dos grupos de pesquisa em Comunicação e Informação. O Gráfico 1 demonstra como esse crescimento se deu nas três áreas básicas, a partir de 1996 (pouco mais do que dobrando, a cada 10 anos). Convém ressaltar que as taxas de expansão foram tão mais acentuadas quanto menor originalmente era cada uma dessas áreas básicas.

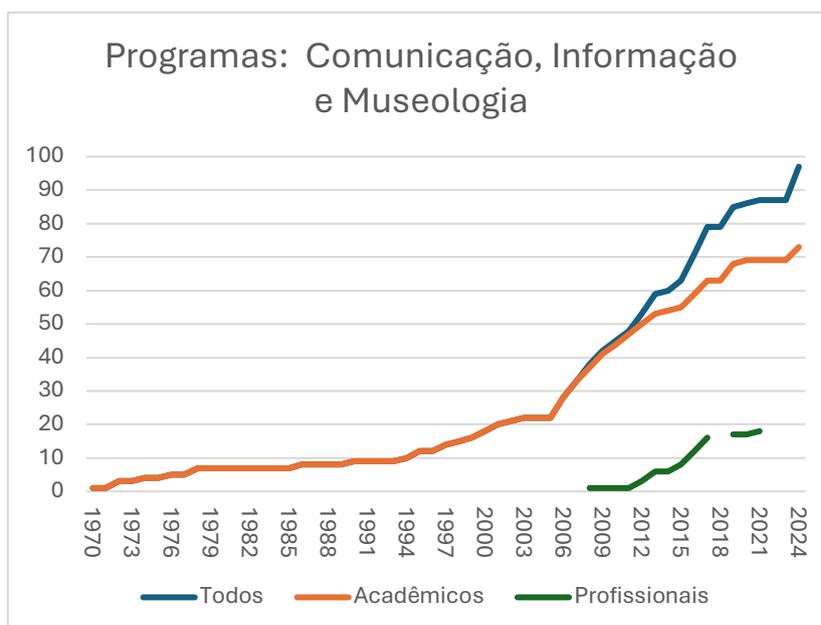


Gráfico 1 – Crescimento da Área de Comunicação, Informação e Museologia¹

De acordo com o Observatório da Pós-Graduação, em 2024, temos que, dos 97 Programas de Pós-Graduação na Área, 73 são acadêmicos, sendo 50 em Comunicação, 19 em Ciência da Informação e 4 em Museologia. Os Programas profissionais somam 12 em Comunicação, 10 em Ciência da Informação e 2 em Museologia. Vale destacar a expansão da Área em aproximadamente 8,99%, desde 2021.

De 2010 a 2021, o que se observa nos programas acadêmicos, conforme o Gráfico 2, é uma crescente consolidação e qualificação da Área. Pela tendência a atribuir a um programa novo a nota 3, na primeira avaliação, o percentual de programas com nota 3 é indicador da taxa de crescimento. A redução do percentual de 30% para 18% indica, portanto, que se desacelera a taxa de expansão da Área, isto é, a área está se consolidando. Já o aumento de 28% para 37%, no percentual de programas 5, 6 e 7, indica a qualificação crescente da Área.

¹ Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados extraídos do Observatório da Pós-Graduação da Capes, 2024

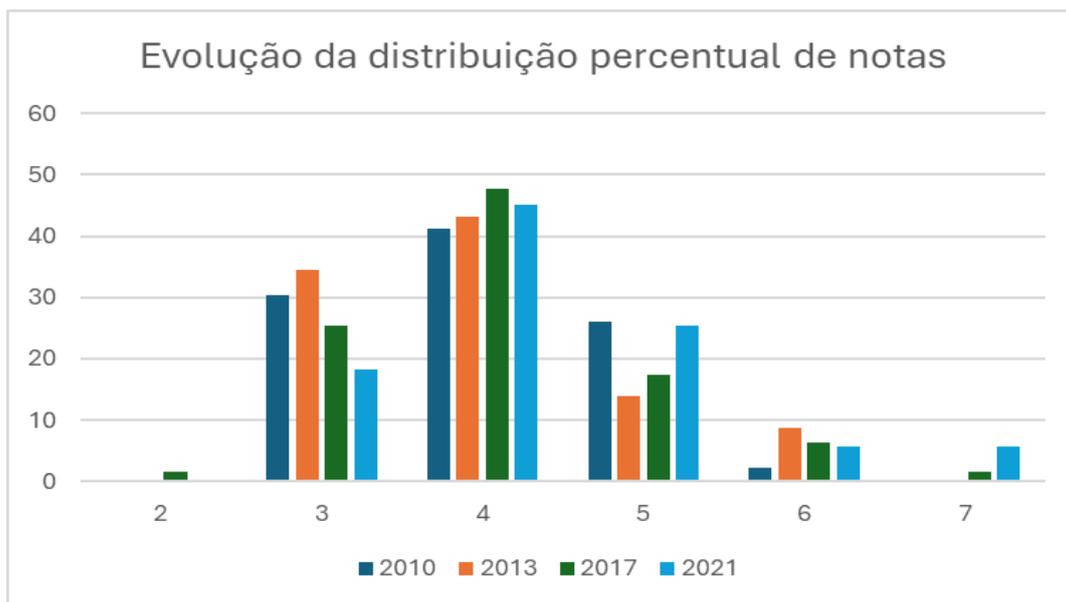


Gráfico 2 – Evolução da distribuição percentual das notas de programas acadêmicos²

Em relação aos programas na modalidade profissional, a consolidação se mostra na inversão dos percentuais de nota 3 e 4. Os 18 primeiros programas foram avaliados em 2017; o percentual de notas 3 foi de 83%, e notas 4, 17%. Em 2021, manteve-se o número de programas, mas os percentuais se inverteram: 17% dos programas receberam nota 3 e 83%, nota 4.

Para a Área como um todo, independentemente da modalidade, os mesmos movimentos de consolidação e qualificação são observados. O percentual de notas 3, entre 2010 e 2021, cai de 30% para 18%, enquanto o percentual de notas 5, 6 e 7 aumenta de 20% para 29%. A inclusão de modalidade profissional altera efetivamente o percentual de notas 4, o qual passa de 41% para 53%. Os dados estão reunidos no Gráfico 3, a seguir.

² Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados extraídos do Observatório da Pós-Graduação da Capes, 2024.

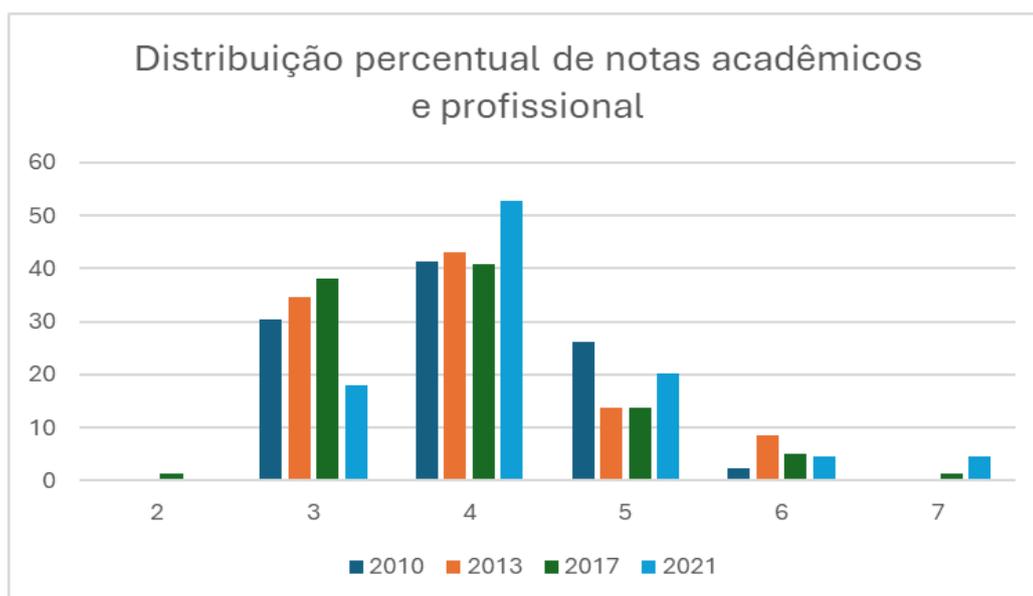


Gráfico 3 – Distribuição percentual de notas de programas acadêmicos e profissionais³

Estão em processo de avaliação mais 22 propostas de APCN, referentes à Chamada de 2023, com a expectativa de aprovação de 5 novos programas de mestrado (sendo 2 profissionais), além de 6 doutorados acadêmicos e 4 doutorados profissionais, conforme demonstrado pelo Quadro 1.

Código Programa	Programa	Nível do PPG	Nota	Sigla IES
53019016005P4	COMUNICAÇÃO	ME	A	IDP-BSB
10001018046P9	COMUNICAÇÃO	ME	A	UNIR
12001015176P5	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PPGIC)	ME	A	UFAM
41004019006P3	COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	MP	A	UNIVILLE
20001010182P8	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PROGCIN	MP	A	UFMA
25001019176P1	COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL	ME	A	UFPE
33024014033P1	COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NAS ORGANIZAÇÕES	MP	A	MACKENZIE
31011012017P0	COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA DIGITAL	MP	A	FGV/RJ
24004014071P1	GESTÃO DE DOCUMENTOS E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA	MP	A	UEPB
33001014077P6	PRODUÇÃO DE CONTEÚDO MULTIPLATAFORMA (PPGCOM)	MP	A	UFSCAR

Quadro 1 - Programas em fase de implementação na Área⁴

³ Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados extraídos do Observatório da Pós-Graduação da Capes, 2024.

⁴ Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados extraídos da Plataforma Sucupira, 2024

No cenário atual da Área, em termos de nota e assimetrias regionais, verifica-se que 46 (47,4%) dos 97 Programas estão no nível 4; 15 (15,5%), no nível 3; 19 (19,6%), no nível 5; 4 (4,1%), no nível 6; 3 (3,1%), no nível 7, enquanto 10 (10,3%) receberam o conceito A, por serem recém-aprovados. A alta concentração de Programas com nível 4 indica a necessidade de avançar na qualificação para atingir níveis mais altos. Da mesma forma, observa-se que 45,4% dos Programas da Área de Comunicação, Informação e Museologia estão localizados no Sudeste, a região com maior concentração; 25,8%, no Nordeste; 15,5%, no Sul; 7,2%, no Centro-Oeste; e 6,2%, no Norte.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

A Área de Comunicação e Informação está sujeita às inovações e transformações inerentes aos seus próprios objetos de pesquisa. Nesse sentido, a Área valoriza que os programas e as propostas submetidas observem tanto a dimensão permanente dos fenômenos infocomunicacionais quanto as inovações e transformações subjacentes aos seus objetos de pesquisa.

A Área tem notado que os fluxos comunicacionais e informacionais e as instituições de memória (arquivos, bibliotecas, museus e memoriais) sofrem transformações, de forma particular, na distinção entre o analógico e o digital.

Como decorrência lógica, a Área está atenta não apenas às dimensões de permanência, mas também às dimensões das inovações e transformações que se materializam a partir de grandes temas de pesquisa, a saber: big data (grandes volumes de dados – sistemas/modos de visualizações de dados – bases de dados – métricas – ciência de dados – ciência aberta – web semântica); comunicação, jornalismo, democracia e modos contemporâneos de participação em debates de interesse público (engajamento – processos de deliberação); comunicação, informação, museologia (impacto na formação e implementação de políticas públicas – transparência e governança); desinformação (redes sociais – comunicação e práticas interativas – colaboração – ambientes colaborativos – fluxos informacionais); comunicação, informação e desenvolvimento (redução de desigualdades e assimetrias); comunicação, informação e patrimônio (cultura e patrimônio – salvaguarda de patrimônio – modos digitais de preservação e acesso ao patrimônio – memória – curadoria digital); comunicação, entretenimento e indústria criativa; arte, cultura e conhecimento; cultura informacional e competência em informação; práticas e políticas do audiovisual (cinema – rádio – TV); políticas da imagem (construção de imagem pública); comunicação e

jornalismo; comunicação e informação para a cidadania; políticas da comunicação e informação; comunicação e informação nas organizações; gestão da informação e do conhecimento; organização e recuperação da informação e humanidades digitais.

A identidade e as condições de funcionamento de um Programa de Pós-Graduação (PPG) são elementos centrais para a definição de sua missão, qualidade e impacto. Esses critérios são fundamentais para garantir que o programa esteja alinhado com suas metas, seja em nível regional, seja nacional, seja ainda internacional, e que tenha as condições estruturais e acadêmicas adequadas para desenvolver atividades de ensino e pesquisa.

A identidade de um PPG é definida com base em sua inserção e atuação no contexto social, podendo ser regional, nacional ou internacional. Programas com perfil majoritariamente regional focam em dinâmicas e processos comunicacionais e informacionais que atendem diretamente às demandas e características de sua região de atuação. Esse tipo de programa é essencial para contribuir com o desenvolvimento local, promovendo soluções e reflexões que dialogam diretamente com o contexto sociocultural e econômico da região, fortalecendo os vínculos entre a academia e a sociedade local.

Por outro lado, programas de perfil majoritariamente nacional têm como objetivo abordar questões mais amplas, vinculadas aos desafios e processos da sociedade brasileira como um todo. Esses programas devem ser capazes de promover discussões e soluções que impactem o país, de modo mais abrangente, cooperando para o avanço das áreas de comunicação e informação, no cenário nacional. Programas de perfil nacional tendem a ter uma atuação mais diversa, em função da complexidade e da pluralidade da sociedade brasileira.

Por fim, programas de perfil majoritariamente internacional se voltam para dinâmicas globais, refletindo também sobre processos comunicacionais e informacionais que transcendem fronteiras. Esses programas devem ter uma visão epistêmica global e se conectar a redes e grupos de pesquisa internacionais. Além disso, a interação com pesquisadores e instituições estrangeiras fortalece o intercâmbio de ideias e metodologias, ampliando a compreensão de fenômenos globais.

Perfil de atuação majoritário significa, por outro lado, que um programa pode ter mais de um âmbito de atuação.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

Espera-se que o planejamento do programa de pós-graduação esteja articulado com o planejamento da instituição, com vistas à gestão do seu desenvolvimento futuro, adequação e melhorias da infraestrutura, formação discente e produção do conhecimento. Nesse âmbito, tem-se como relevante o conjunto de sete aspectos, a saber:

O primeiro aspecto é o alinhamento do planejamento estratégico do programa com o planejamento institucional, em especial ao da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. O segundo é a demonstração da capacidade de planejamento e inovação do programa em relação aos desafios futuros atinentes à formação discente e à qualificação do conhecimento gerado.

O terceiro diz respeito às melhorias e/ou inovações implementadas, visando à formação discente e à disseminação do conhecimento gerado. O quarto é a infraestrutura voltada ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. O quinto concerne aos recursos de informática e acesso à rede Internet. O sexto, por sua vez, tem a ver com a infraestrutura informacional provida por bibliotecas, recursos bibliográficos, acesso a periódicos etc. Por fim, o sétimo aspecto refere-se ao espaço físico e suporte administrativo específico. É relevante notar que a autoavaliação continuada do programa de pós-graduação também deve ser alvo do seu planejamento.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A Área entende que autoavaliação é um processo avaliativo definido e autogerido pela comunidade acadêmica, sendo uma estratégia complementar para garantir a qualidade na avaliação. Nos programas, concebe-se autoavaliação como um processo de o programa avaliar a si próprio, levando em conta o planejamento do programa de pós-graduação e os quesitos de avaliação constantes do Documento de Área – Capes.

Para operacionalizar a autoavaliação, tornam-se necessárias:

- a) **Preparação:** Constituir uma comissão, eleita pelo Colegiado do Programa, com o objetivo de planejar a autoavaliação (definir os princípios da autoavaliação adotados pelo programa, os aspectos a serem avaliados e que irão representar a qualidade do programa, as abordagens da avaliação, os critérios de avaliação e a escala a ser adotada, os usos dos resultados e a periodicidade de coleta de dados). Elaborar um projeto de autoavaliação, contendo: objetivos, estratégias, método (técnicas, instrumentos, formas de análise e frequência de coleta de dados), cronograma, recursos, equipe, formas de disseminação dos resultados e monitoramento do uso dos resultados.
- b) **Implementação:** A comissão deve tomar medidas a fim de assegurar que a autoavaliação atinja os seus objetivos, tais como: aprovar o projeto no colegiado do programa e divulgá-lo, tornando explícito quem, o que e como será avaliado.
- c) **Divulgação e uso dos resultados:** A comissão de autoavaliação de cada programa elaborará um relatório, a partir dos dados coletados e analisados, devendo apresentá-lo em reuniões, de maneira a traçar metas futuras. Além disso, os resultados deverão ser informados nos relatórios anuais para a Capes e deverão orientar o novo planejamento estratégico do PPG em metas e objetivos.

d) **Meta-avaliação:** A comissão poderá, sempre que necessário e com aprovação do Colegiado do programa, revisar a política e os procedimentos de autoavaliação.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Primeiramente, é exigido que ao menos 70% do Núcleo Docente Permanente (NDP) tenha vínculo administrativo com a instituição à qual o PPG pertence. Esse critério reforça a necessidade de uma maior estabilidade do quadro docente, uma vez que docentes vinculados à instituição tendem a se dedicar de modo mais consistente e por mais tempo ao programa, garantindo a continuidade e a qualidade das atividades de ensino e pesquisa.

Além disso, para que o docente seja considerado permanente, é preciso que ele tenha uma participação expressiva na orientação dos discentes. Cada docente deve orientar, no mínimo, dois discentes por quadriênio, respeitando o limite máximo de orientações, o qual varia conforme sua atuação na graduação. A distribuição equitativa de orientandos entre os docentes permanentes assegura que cada estudante receba o acompanhamento adequado, evitando sobrecargas de trabalho e garantindo uma orientação de qualidade.

Outro fator relevante é a quantidade mínima de docentes permanentes exigida para que um curso de mestrado ou doutorado seja mantido. Nos mestrados, é necessário que o PPG conte com pelo menos oito docentes permanentes; já nos doutorados, esse número sobe para 10. Esse requisito garante que o programa tenha um corpo docente suficientemente robusto para atender às demandas dos alunos e garantir a qualidade das atividades acadêmicas.

Ademais, é importante que o docente permanente tenha uma participação regular no ensino. As diretrizes estipulam que cada professor deve ministrar, ao menos, duas disciplinas por quadriênio, o que assegura que o docente esteja diretamente envolvido na formação acadêmica dos discentes, promovendo um ensino atualizado e vinculado às pesquisas desenvolvidas no programa.

O limite de participação de docentes permanentes em mais de um Programa de Pós-Graduação é uma medida necessária para garantir a qualidade e a dedicação no ensino e pesquisa, evitando a sobrecarga de responsabilidades acadêmicas. Assim, o percentual de docentes permanentes atuando em múltiplos programas não deve ultrapassar 30% do total do Núcleo Docente Permanente (NDP), de sorte que a maioria dos professores esteja dedicada a um único programa. Além disso, a atuação como docente permanente é limitada a, no máximo, três Programas de Pós-Graduação, o que almeja equilibrar o comprometimento dos docentes com suas atividades de ensino, pesquisa e orientação.

Por fim, os programas podem incluir em seu corpo docente permanente categorias especiais, como o Jovem Docente Permanente (JDP) e o Docente Permanente Sênior

(DPS), respeitando o limite máximo de 20% do total de docentes. O DPS é caracterizado por profissionais com mais de 65 anos, os quais tenham uma trajetória consolidada e evidências significativas de contribuição, por meio de produção intelectual, projetos de pesquisa e orientações ao PPG. Já o JDP se refere a docentes em início de carreira, com até sete anos de doutorado, no início do ciclo avaliativo, promovendo a renovação e o fortalecimento do quadro acadêmico.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância

A Instituição de Ensino Superior (IES) proponente deve demonstrar a articulação da proposta de cursos novos na modalidade de EaD com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Ressalte-se que a proposta deve ser de um programa independente e não uma complementação ou extensão de um programa presencial existente.

As orientações de trabalho de conclusão de curso (dissertação, tese ou equivalente de trabalho de conclusão de curso) precisam ser obrigatoriamente síncronas. A escolha e a localização do(s) polo(s) devem ser claramente justificadas, através da apresentação das demandas específicas, tomando como base as exigências da Área em relação à não superposição de campos de atuação, quando considerados os programas de pós-graduação (na modalidade presencial e EaD) em funcionamento na região;

A proposta deve prever que, pelo menos, 50% das atividades didáticas de formação previstas na proposta devem ocorrer de forma presencial. Ainda, deve prever um período de atividades presenciais, na sede ou polo(s), correspondente a, pelo menos, 50% da carga horária definida para a elaboração do trabalho de conclusão do curso. As atividades presenciais previstas para as atividades de formação e para o desenvolvimento do trabalho final do curso precisam demonstrar a estratégia elaborada para promoção da formação investigativa, em atendimento aos objetivos e perfil do egresso apresentados na proposta.

Além dos critérios discriminados na seção sobre APCN, na modalidade de ensino presencial da Área de Comunicação e Informação, a APCN deve conter a descrição da experiência do corpo docente com a modalidade de EaD, a qual deve ser demonstrada e comprovada em IES credenciada pelo MEC, para oferta de EaD, assim como a existência de Plano de Capacitação em EaD dos docentes e técnicos do curso.

Os docentes permanentes não poderão participar de mais de três programas (na categoria docente permanente), incluindo a nova proposta apresentada. Na proposta de curso de mestrado, exige-se que, pelo menos, 75% do corpo docente tenha experiência prévia comprovada de EaD em cursos de graduação e/ou pós-graduação lato sensu. Na proposta de curso de doutorado, exige-se que, pelo menos, 75% do corpo docente tenha experiência prévia comprovada de ensino e orientação concluída em cursos de mestrado, na modalidade de EaD.

Somente serão permitidas propostas de curso de doutorado, na modalidade de EaD, após o primeiro ciclo avaliativo da implementação e avaliação do curso de mestrado, na modalidade de EaD, vinculado ao mesmo programa de pós-graduação na Instituição proponente, com renovação do reconhecimento e obtenção de, no mínimo, nota quatro, nos termos da legislação vigente.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

A pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrado e doutorado profissionais, prima pela formação de profissionais qualificados para o exercício da prática profissional, visando ao atendimento das demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho; à produção e aplicação de conhecimentos para a sociedade; à adequação da formação profissional a diferentes tipos de entidades. Ela objetiva melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas, por intermédio da solução de problemas, da geração de processos de inovação e transformação social, colaborando para agregar competitividade e ampliar a produtividade.

A modalidade dos mestrados e doutorados profissionais demanda particularidades e diferenças nos procedimentos de construção que envolvem os seguintes aspectos:

Objetivos – indicar o alinhamento do programa à realidade de produção; buscar a aplicação de conhecimentos, com vistas a solucionar problemas do cotidiano social e organizacional, sem perder o viés sistemático metodológico e técnico-científico;

Corpo docente – o corpo docente permanente deve ser formado por doutores e doutoras e/ou mestres, profissionais e técnicos com efetiva experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e inovação, produção técnica, bibliográfica e/ou artística e reconhecida experiência profissional;

Em relação à **produção intelectual** dos programas profissionais, consideradas as especificidades de cada PPG, serão avaliadas as modalidades: produção bibliográfica, técnica e artística, em estreita ligação com a(s) área(s) de concentração, linhas de pesquisa/atuação, disciplinas e projetos de pesquisa dos docentes. A Área Comunicação, Informação e Museologia utiliza indicadores qualitativos sobre os produtos técnico-tecnológicos, a fim de elencar aqueles produtos que mais se adequam ao seu campo profissional, dentro de cada uma de suas subáreas;

Perfil do egresso – incentivar a qualificação de profissionais habilitados às práticas de pesquisa direcionadas a organizações públicas e privadas, em geral, objetivando perspectivas para solução de problemas, de modo eficiente e eficaz, bem como promovendo possibilidades de aplicação de conhecimentos e inovação;

Produto final – a formação profissional caracteriza-se pela produção de pesquisas aplicadas por meio do desenvolvimento de produtos. Indicam-se, para produto final de programas profissionais, relatório técnico-científico seguido de produto ou dissertação agregada com a formulação de um produto. São indicados os seguintes tipos de produtos agregados para os trabalhos finais dos programas profissionais: patentes e registros de propriedade intelectual e de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou com a obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo; desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia; editoria; composições e concertos; relatórios conclusivos de pesquisa aplicada; manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica; protótipos para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos; projetos de inovação tecnológica; produção artística; manuais, guias, cartilhas e tutoriais; outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso;

Alinhamento da área de concentração, linha de pesquisa, estrutura curricular – proposição e promoção de práticas de ensino, pesquisa, orientação e de inserção social que fomentem as práticas profissionais adequadas à diversidade de organizações públicas e privadas;

Impacto social dos programas profissionais – aproximação com os diversos tipos de organizações públicas e privadas, assim como articulação das atividades do programa com a melhoria da educação, em geral (Ensino Fundamental, Médio e Superior, Ensino Técnico e Profissionalizante), para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino e prática profissional e de outros segmentos, como o terceiro setor, através de ações que envolvam a aplicação dos produtos e serviços, assessorias, consultorias, capacitações e treinamentos na área de atuação do programa e a realização de eventos produzidos pelo corpo docente e discente (incluindo os egressos).

Doutorado profissional

As características e expectativas que se têm em relação ao doutorado profissional configuram uma tarefa de formação de profissionais altamente qualificados para a prática profissional avançada e transformadora de procedimentos.

Tem como objetivo atender a demandas sociais, organizacionais e do mercado de trabalho, no desenvolvimento científico e tecnológico, para além da carreira de pesquisador(a) e docente, além da construção partilhada de conhecimento para a sociedade, por meio da solução inovadora de problemas. Busca ampliar a produção de pesquisas estratégicas e o desenvolvimento de setores produtivos e no setor de políticas públicas, satisfazendo demandas específicas e de arranjos produtivos, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local.

Desse modo, almeja aproximar a pesquisa básica de compreensão dos fenômenos aos problemas concretos e à inovação. É uma dimensão da pesquisa científica, na qual a produção bibliográfica e técnica expressa um diálogo com a prática profissional.

O doutorado profissional na Área diferencia-se do acadêmico, na medida em que se vincula a pesquisa à sua aplicabilidade e à proposição de soluções para problemas do cotidiano social e organizacional. Em relação ao mestrado profissional, distingue-se pelo fato de o escopo da situação-problema ser mais abrangente, o programa de pesquisa ser mais extenso e a mobilização de recursos teórico-metodológicos apresentar maior complexidade.

Portanto, os doutorados profissionais precisam promover uma nova dinâmica de pesquisa aplicada à realidade social e organizações públicas e privadas, considerando um redimensionamento estratégico do produto final, objetivos do curso, perfil do egresso, alinhamento entre área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em formas associativas são oferecidos conjuntamente por duas ou mais instituições, públicas ou privadas que, de modo articulado e oficializado, criam e mantêm um programa com cursos de mestrado e/ou doutorado, com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

Por isso, os objetivos das formas associativas são: a) consolidar e expandir as áreas do conhecimento; b) reduzir as assimetrias territoriais; c) viabilizar programas em formação, pela parceria com programas consolidados.

Nesse sentido, a Área incentiva a formação de programas, através de associação, já que esse mecanismo contribui para o seu fortalecimento e consolidação, observadas as normativas da Capes, evitando a sobreposição de cursos em uma mesma área.

Em todos os casos de formas associativas, o regimento, a proposta do curso e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as instituições devem explicitar a forma e as condições de efetivação dessa associação. O regimento deve também detalhar que a proposta está em consonância e contempla normas e orientações próprias sobre a pós-graduação que possam existir em cada instituição envolvida.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

Os processos comunicativos, a produção, a circulação, o consumo e o armazenamento de informações são fenômenos que atravessam as diferentes esferas da vida social e interpelam as várias ciências. Ao mesmo tempo, o avanço e a especialização desses processos, dos dispositivos e comportamentos que lhes correspondem, os efeitos e as consequências que deles decorrem propiciaram e demandaram, no mesmo

movimento, a constituição de saberes específicos e de novas áreas de conhecimento. Dessa maneira, as diferentes demandas do fazer comunicativo e informacional, assim como as diversidades regionais, exigem formação plural dos profissionais que atuam nessas áreas.

Tais dinâmicas tanto conformaram a origem interdisciplinar dos campos – Comunicação, Informação e Museologia – como vieram configurar um terreno de permanente abertura e interface com outras áreas de conhecimento. Assim, a multi/pluri, inter e transdisciplinaridade são características que acompanham – sem desfigurar – a identidade da Área.

Nessa perspectiva, a formação de pesquisadores na Área deve contemplar a permeabilidade e a porosidade do conhecimento, integrando saberes que contribuam para a compreensão de fenômenos complexos. **No âmbito dos programas, é fundamental fomentar e implementar ações direcionadas ao diálogo com outros campos científicos, quer no que tange à constituição dos grupos e projetos de pesquisas de docentes e discentes, quer em relação às disciplinas ministradas e à realização de eventos, entre outras.**

A interlocução entre áreas é salutar e vai ao encontro da contemporaneidade; a Ciência de nossos dias ultrapassa a fragmentação e excessiva especialidade dos campos científicos, nos seus momentos fundadores, vivificando-se por intermédio das possibilidades de trocas e interações, sem perder de vista as especificidades de cada um. O compartilhamento de conhecimentos enriquece as reflexões e as práticas de investigação, fortalece o que é específico de cada campo e, ao mesmo tempo, demonstra as possíveis contribuições para a compreensão de problemas complexos que não podem mais ser resolvidos em um único campo científico.

1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA)

Os Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem na Pós-Graduação stricto sensu consistem em uma combinação de atividades presenciais e remotas, integrando ambientes físicos e digitais, por meio de metodologias inovadoras e tecnologias educacionais.

A implementação do ensino híbrido visa a estimular a colaboração acadêmica entre programas e docentes, manter a interação contínua entre docentes e discentes, e facilitar a participação remota em bancas e orientações, sempre preservando uma base presencial nas práticas formativas.

Em virtude da necessidade de preservar essa base presencial, a Área não admite que atividades remotas assíncronas sejam utilizadas para o cômputo da carga horária didática de um curso. Além disso, fica vedado o percurso formativo totalmente remoto.

Para a avaliação de permanência, os programas devem, na proposta de programa, descrever como utilizam as tecnologias de ensino híbrido na formação e detalhar as disciplinas oferecidas de forma remota, juntamente com suas respectivas metodologias.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

A atuação dos egressos é um indicador crucial da eficácia do PPG em formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho e para a academia. A ocupação dos titulados em atividades acadêmicas, no ensino superior ou na pesquisa, assim como em setores públicos, privados ou culturais, demonstra o impacto do programa em formar indivíduos capazes de contribuir para diferentes áreas da sociedade.

Considera-se a **contribuição acadêmica**, na **originalidade dos temas** e na **adequação metodológica**. Além disso, a diversidade de orientadores e linhas de pesquisa, na amostra avaliada, assegura uma visão ampla da produção científica do programa, destacando a riqueza das perspectivas oferecidas.

Ademais, a **continuidade formativa** dos egressos, como a realização de estágios pós-doutorais e a participação em projetos de pesquisa e extensão, é um aspecto de grande importância na avaliação qualitativa do programa. A capacidade do PPG de manter **relações contínuas com seus egressos** e de incluí-los em atividades de formação e pesquisa evidencia a solidez da rede de apoio e desenvolvimento profissional que o programa oferece. A participação dos egressos em bancas, eventos e publicações reflete a continuidade do impacto do programa, na vida profissional desses indivíduos, promovendo um círculo virtuoso de contribuição acadêmica e profissional.

Outro aspecto fundamental é a **produção intelectual** de discentes e egressos, a qual será avaliada com base em uma amostra de produtos bibliográficos e técnicos, como artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos em anais de eventos. A quantidade e a qualidade dessas produções são indicadores da capacidade do PPG de gerar conhecimento que ultrapasse os muros da universidade e tenha impacto no debate acadêmico e na sociedade.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

Na avaliação da qualidade da produção intelectual, é dado destaque à adequação das publicações às linhas de pesquisa do programa, bem como à sua contribuição para o campo de estudo. A cada docente permanente é permitido destacar produtos bibliográficos, que podem incluir artigos de periódicos, capítulos de livros ou livros

autorais, sendo avaliados em função de sua qualidade intrínseca e aderência ao programa. Essa análise leva em conta uma produção do docente, durante o quadriênio avaliado, garantindo uma visão contínua do seu desempenho acadêmico.

A qualidade desses produtos é avaliada em vista de sua relevância para a área de concentração e linhas de pesquisa do programa, utilizando-se indicadores qualitativos e uma classificação que observa diferentes níveis de impacto da produção intelectual. O foco não está apenas na quantidade, mas também na adequação e contribuição intelectual de cada publicação, sendo limitada a indicação de até três capítulos de livro por docente. A pontuação final é proporcional ao desempenho do corpo docente como um todo.

Além da qualidade individual dos produtos, também se valoriza a repercussão científica das publicações, medida pelo número de citações em alguns índices dessa natureza, como JCR e Google Acadêmico. Os programas devem selecionar quatro publicações por docente. A repercussão é avaliada quantitativamente. Isso permite medir não apenas o volume, mas o impacto real que essas publicações têm na comunidade acadêmica.

Ao lado dos produtos bibliográficos, os programas devem destacar uma amostra de produtos técnicos e artísticos, cuja avaliação segue certos critérios, como inovação, impacto territorial, complexidade e integração de docentes e discentes. Esses critérios permitem valorizar a diversidade da produção acadêmica e sua aplicação prática, especialmente no âmbito internacional.

Por fim, há flexibilidade para acomodar a trajetória pessoal dos docentes, como nos casos de afastamento por motivos de saúde ou licença parental. Isso possibilita que produções realizadas durante esses períodos sejam incluídas na avaliação, sem prejudicar a média do programa. Com essas diretrizes, busca-se uma avaliação equilibrada e justa, a qual valorize a qualidade e o impacto social e acadêmico das produções, promovendo uma visão integrada da atuação docente.

Serão classificados todos os periódicos nos quais os docentes permanentes do programa tenham publicado artigos. A classificação será orientada por índices de reconhecida qualidade acadêmica em periódicos, empregando-se fatores de repercussão dos periódicos, como H5, JCR e outros indicadores. Na classificação, será considerada também a matriz linguística dos periódicos, especialmente a distinção entre periódicos em língua inglesa e periódicos em línguas de origem latina, como português, espanhol e francês. Será valorizada também, de modo qualitativo, no resultado final, a publicação em periódicos de acesso aberto, sobretudo na modalidade diamante, incluídos em bases indexadoras, como Scopus, Web of Science, Scielo, Portal de Periódicos da Capes, Redalyc, Journal Citation Reports, DOAJ, Dialnet, SJR Scimago, Latindex ou equivalentes, além do reconhecimento da integridade, por meio de (a) avaliação por pares e (b) políticas de boas práticas editoriais dos periódicos.

Os livros e capítulos de livros serão classificados de acordo com critérios formais e segundo a qualidade, apreendida direta e indiretamente. Esses critérios serão oportunamente indicados por documento, na página da Área. Como haverá avaliação direta de qualidade, os programas deverão enviar o pdf dos livros autorais, das edições e dos capítulos de livro.

No Quadro 2, abaixo, a pontuação dos itens bibliográficos está definida:

Quadro 2 - Pontuação dos itens bibliográficos: artigos, livros e capítulos

ARTIGOS		LIVROS		
Estrato Percentil*	Artigo	Quartil /Percentil	Livros autorais	Capítulos ou organização
1: $100 \geq x \geq 87,5\%$	100	L1	300	90
2: $87,5 \geq x \geq 75\%$	85	L2	210	70
3: $75 \geq x \geq 62,5\%$	70	L3	150	50
4: $62,5 \geq x \geq 50\%$	55	L4	45	15
5: $50 \geq x \geq 37,5\%$	40	-----	-----	-----
6: $37,5 \geq x \geq 25\%$	25	-----	-----	-----
7: $25 \geq x \geq 12,5\%$	15	-----	-----	-----
8: $12,5 \geq x \geq 0\%$	5	-----	-----	-----
C	-----	LNC	-----	-----

* O cálculo do percentil será obtido com base no H5.

As(os) docentes que se tornaram genitoras/es ou adotantes terão suas produções incluídas na avaliação, todavia, estas não serão contabilizadas nos denominadores dos cálculos das médias. No caso das docentes que se tornaram mães, será adotado o prazo de quatro anos, a partir do nascimento/adoção (incluindo o próprio ano do nascimento/adoção), sendo que esse prazo pode se estender para o quadriênio seguinte. No caso de docentes que se tornaram pais, será usada a mesma regra para o período de dois anos. Também serão incluídas as situações de monoparentalidade e de casais homoafetivos (para amb@s), respeitada a temporalidade de quatro anos.

Com vistas a reconhecer a diversidade da atuação acadêmica dos(as) docentes, bem como situações de cuidado de dependentes, tratamentos de saúde e encargos administrativos, os Programas podem excluir da análise desses itens, mediante apresentação de justificativa relacionada às situações acima, até 25% dos seus docentes permanentes. A exclusão será considerada para todo o quadriênio (ou seja, não é possível solicitar a exclusão do docente apenas em anos específicos).

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta

Ciência aberta é um conceito da comunicação científica que surgiu através das transformações das dinâmicas de comunicação, com o uso dos computadores, internet e a World Wide Web, agentes da democratização do conhecimento científico, na

sociedade contemporânea. O contexto da Ciência aberta inclui outros movimentos, com os mesmos objetivos: Código aberto, Acesso aberto, Dados abertos, Revisão por pares. O acesso aberto de publicações científicas é um movimento mundial que propõe a disponibilidade e o acesso gratuito, por qualquer pessoa, aos resultados científicos produzidos por pesquisas, devendo estar disponíveis a todos. Existem quatro vias de acesso aberto – verde, dourada, diamante e híbrida –, as quais possibilitam o acesso aberto, sem pagamento de taxas para acesso. Na via diamante, um periódico não cobra taxas de publicação para autores e pelo acesso.

Repercussão em ciência está relacionada à comunicação e divulgação científica, seja por meio de publicações científicas (livros, artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos, publicações de eventos), seja por redes de pesquisa para colaboração científica e mídias sociais. Atualmente, as mídias sociais apresentam uma oportunidade de conexão com a sociedade, para a comunicação e difusão do conhecimento, a qual representa uma potencial democratização do conhecimento técnico-científico, em contexto digital. **A relevância de uma publicação científica é tradicionalmente mensurada por indicadores de citações, para se calcular o fator de impacto que representa a repercussão científica, de modo mais tradicional.** Para isso, existem indicadores e métricas (impacto de citação, índice H, fator de impacto do periódico, impacto das colaborações, percentis para periódicos, citescore, altmetrics e outros).

Entretanto, a repercussão pode ser medida por métricas alternativas ou altmetrics (ALternative article-level metrics), obtida através da atividade proporcionada por um artigo em plataformas digitais e monitorada pelo seu número de identificação digital (DOI) nas mídias sociais. Além de ser um identificador persistente no universo digital, o DOI permite que diferentes sistemas que realizam indicadores de pesquisa, como o Scival, Google Scholar, Dimensions Analytics e InCites, localizem qualquer produção científica e respectivas repercussões científicas ou sociais. A Plataforma Dimensions Analytics se baseia em DOI atribuídos a conteúdos digitais, de sorte a ensejar explorar e analisar as conexões entre publicações, concessões, patentes, ensaios clínicos e documentos de política. É uma plataforma que propicia a realização de estudos e análises bibliométricas, sob diversos aspectos, a fim de avaliar a repercussão científica. Para que essa repercussão aconteça, é preciso entender os princípios da Ciência Aberta.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade⁵

A Área concebe como Casos de Impacto os produtos, processos ou ações do Programa que promovem **efeitos positivos na sociedade, de natureza econômica, social, política, ambiental, cultural ou tecnológica**. Esses efeitos podem estar associados às Agendas de Desenvolvimento Sustentável.

Ao definir Caso de Impacto por produtos, processos ou ações, propõe-se que o impacto positivo pode ter sido provocado por um ou mais produtos vinculados a um ou mais projetos de pesquisa. Do mesmo modo, pode ser resultado da atividade de um ou mais pesquisadores ou grupos de pesquisa. Por permitir a realização de projetos de pesquisa em associação com outros pesquisadores, um mesmo Caso de Impacto pode incluir um ou mais programas.

Os produtos básicos causadores de impactos são conhecidos: produtos bibliográficos, artísticos, técnicos e trabalhos de conclusão. Todos serão analisados, tendo em vista a descrição do impacto, segundo uma ou mais das dimensões acima mencionadas, além de seu caráter inovador. Outros critérios que podem ser adotados na avaliação dos Casos de Impacto incluem a geração de redes de pesquisa e a colaboração com organismos governamentais ou não governamentais. Contudo, não é obrigatório que esses critérios estejam presentes, para que haja impacto.

Por fim, serão considerados positivamente os Casos de Impacto que estejam explicitamente articulados com a **Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** ou que promovam a compreensão, o enfrentamento ou a redução de desigualdades.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência

Cada programa poderá definir o peso que deseja atribuir, entre os itens relacionados à internacionalização e à inserção local, regional e nacional, ajustando-se, assim, às suas prioridades estratégicas e realidades institucionais.

No que diz respeito à **internacionalização da pesquisa e da formação**, o foco está na capacidade do programa em integrar seus docentes permanentes (DP) e discentes em

⁵ Tendo em vista incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

atividades internacionais. Isso inclui a participação em projetos de pesquisa em rede, missões de trabalho com instituições estrangeiras, publicações em periódicos ou editoras sediadas no exterior e a atuação de docentes como coordenadores em eventos internacionais ou como professores visitantes, em universidades estrangeiras. A internacionalização é vista como um elemento-chave para fortalecer a troca de conhecimentos, fomentar a colaboração científica global e ampliar o impacto das pesquisas conduzidas pelo programa. A inclusão de estudantes em algumas iniciativas, como cotutelas, duplas titulações e intercâmbios, reforça o papel formativo do programa, em um contexto acadêmico internacional, valorizando a experiência e a visibilidade dos discentes, no cenário global.

Por outro lado, a **inserção local, regional e nacional** também pode ser valorizada, dependendo da escolha do programa. Esse item avalia como o programa se engaja com as comunidades e instituições, em sua área geográfica de atuação, promovendo o impacto social e cooperando para o desenvolvimento local e regional. O envolvimento com entidades públicas e privadas, no nível local, regional e nacional, demonstra que o programa não apenas gera conhecimento, mas também contribui ativamente para a resolução de problemas concretos, nas regiões onde está inserido. Essas ações podem englobar parcerias com governos, ONGs, empresas e outras instituições, refletindo a capacidade do programa em responder às demandas sociais, econômicas e culturais de diferentes contextos.

Além disso, a **visibilidade do programa** é medida pela capacidade de divulgar suas atividades e conquistas, de maneira acessível e transparente. É verificada, em primeiro lugar, a presença ativa nas redes sociais, divulgando eventos, interagindo com discentes e egressos e, sobretudo, combatendo a desinformação junto à sociedade. Em segundo lugar, a manutenção de um site institucional atualizado, com informações sobre as linhas de pesquisa, o corpo docente, os discentes e egressos, e as produções acadêmicas, é fundamental para garantir a visibilidade, tanto nacional quanto internacional. A existência de versões do site em outros idiomas é vista como essencial para ampliar o alcance das atividades acadêmicas e científicas do programa, além de aproximá-las do público em geral.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A interação entre a **pós-graduação e a educação básica** é uma estratégia para aprimorar a formação continuada de profissionais do magistério e valorizar os processos formativos, em todos os níveis e modalidades de ensino. O desafio de melhorar a qualidade da educação básica, no Brasil, exige que a pós-graduação assuma um papel mais ativo. Essa aproximação pode trazer benefícios tanto para a formação de professores quanto para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inovadoras.

Diversas ações podem ser implementadas, de modo a fortalecer esse vínculo. A oferta de qualificações, como cursos, treinamentos e oficinas voltados para os profissionais da educação básica, é uma forma direta de partilhar o conhecimento produzido na pós-graduação com aqueles que estão na linha de frente do ensino. Paralelamente, a criação de programas que promovam a atuação em rede entre instituições de ensino superior e escolas de educação básica permite que ambos os setores trabalhem em conjunto, trocando experiências e desenvolvendo soluções para os desafios educacionais contemporâneos.

Outra possibilidade de interação é a aplicabilidade de projetos de pesquisa desenvolvidos por professores e pesquisadores da pós-graduação que estejam alinhados com as necessidades da educação básica. Esses projetos podem abordar questões específicas do contexto escolar e colaborar com práticas inovadoras e soluções que impactem diretamente o cotidiano da escola. A realização de eventos em parceria entre a pós-graduação e a educação básica também é capaz de proporcionar um espaço de troca de conhecimento e experiências.

Além dessas ações, a prestação de serviços especializados destinados a atender às demandas da educação básica é uma oportunidade para que a pós-graduação aplique seu conhecimento diretamente em soluções práticas. O desenvolvimento de outras ações de formação e aplicação de conhecimentos junto à educação básica, por meio de consultorias ou orientações específicas, é fundamental, igualmente, para que o diálogo entre os dois níveis de ensino seja contínuo e produtivo.

Os campos temáticos que podem fortalecer essa interação são amplos e incluem a construção de políticas e práticas de gestão direcionadas à cultura, educação, leitura, comunicação e informação, no contexto da educação básica. A promoção do uso de tecnologias da informação e comunicação é ainda um ponto essencial, pois essas ferramentas têm o potencial de transformar o ambiente de ensino e ampliar as possibilidades de aprendizado.

A valorização de atividades culturais, a preservação da memória e do patrimônio e o incentivo à pesquisa no ambiente da educação básica, através de projetos técnico-científicos, também são formas de integrar os avanços da pós-graduação com a prática escolar.

Ao fomentar essa interação, a pós-graduação se beneficia do contato com as demandas reais da sociedade, enriquecendo seu próprio campo de atuação acadêmica e gerando um impacto direto na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A Área de Comunicação, Informação e Museologia considera que programas de excelência podem ter como missão a atuação local, regional ou nacional e, portanto, não necessitam realizar uma atuação internacional consistente. No entanto, a internacionalização é o critério que diferencia os programas com nota 7 dos demais programas de excelência da Área.

4.1 Casos de Impacto

Para todos os programas de excelência (notas 6 e 7), é necessário demonstrar um impacto significativo na sociedade. Como descrito anteriormente, a Área define como Casos de Impacto os produtos, processos ou ações do programa que promovem efeitos positivos, na sociedade, nos âmbitos econômico, social, político, ambiental, cultural ou tecnológico.

4.2 Nucleação e Solidariedade

Os programas de excelência devem evidenciar capacidade de nucleação e solidariedade. Entendem-se por nucleação e solidariedade os processos de criação e consolidação de novos grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e iniciativas acadêmicas, baseados no desenvolvimento de recursos humanos e na produção científica de qualidade. **Nucleação e solidariedade são indicadores usados pela Área para avaliar como um programa é capaz de formar e expandir novos centros de formação e pesquisa, além de propiciar a capacitação em regiões ou instituições carentes nesse aspecto.**

Os principais aspectos da nucleação incluem a formação de recursos humanos qualificados. Após a formação, mestres e doutores retornam ou se deslocam para outras instituições, regiões ou países, onde atuam como multiplicadores do conhecimento, criando grupos de pesquisa ou ajudando a estruturar novos programas de pós-graduação. Por isso, programas que demonstram nucleação eficiente tendem a integrar redes colaborativas de pesquisa, facilitando a troca de conhecimento e a criação de novos polos de pesquisa.

A nucleação e a solidariedade podem ocorrer, mesmo sem a presença de projetos de formação de mestres e doutores, como Minter e Dinter. Da mesma forma, é importante que, se tiver havido esses projetos, sejam formadas ou mantidas redes de pesquisa. Outras práticas relevantes incluem a promoção de disciplinas em rede, envolvendo professores e alunos de diferentes programas e regiões do Brasil, e a manutenção de

revistas científicas reconhecidas, com indexadores de qualidade, acesso aberto e reconhecimento nacional ou internacional de seu corpo editorial.

4.3 Adoção de Boas Práticas Editoriais

A Área também entende como relevantes as boas práticas editoriais, para caracterizar a excelência dos programas. Entre essas práticas, destaca-se a escolha de revistas e editoras que sigam padrões internacionais de revisão por pares, assegurando a originalidade e a relevância das publicações, além de evitar periódicos de baixa qualidade ou "predatórios".

Mais importante, porém, é a adoção de práticas de ciência aberta que correspondem às práticas científicas com envolvimento de todos os intervenientes, pesquisadores, instituições de ensino, cidadãos, empresas e agências de fomento. De modo específico, é imperioso considerar as tecnologias que disponibilizam o código aberto para acesso aberto, o qual é fundamental para conhecimento de todos quanto aos resultados científicos, sem pagamento de taxas de publicação ou de acesso. No processo de pesquisa e de editoração, cabe aos pesquisadores: publicar dados, métodos, softwares; colocar os resultados de pesquisa em repositórios institucionais ou disciplinares; usar formatos abertos, softwares open-source e normas de interface aberta, além de licenças abertas (Creative Commons - CCO ou CC-BY); garantir a citação clara e correta de todas as fontes de informação utilizadas; atribuir licenças e identificadores permanentes para compartilhamento e uso da informação; produzir e preencher metadados para descrição dos resultados de pesquisa, de sorte a garantir a replicabilidade; divulgar à sociedade, para a participação no desenvolvimento das pesquisas ou delas se beneficiar. Mais importante é conservar a garantia de integridade dos conhecimentos e sempre manter os princípios éticos, desde a produção científica até a publicação.

4.4 Internacionalização (critério para a nota 7)

No que diz respeito à internacionalização, o critério básico para a nota 7 é a existência de processos e ações consolidadas de internacionalização do programa. Os programas serão avaliados com base em cenários institucionais de excelência mundial, nas subáreas de Comunicação, Informação e Museologia.

A consolidação das estratégias dos programas candidatos à nota 7 será avaliada por quatro critérios principais:

4.4.1 PESQUISA:

A existência de atividades de pesquisa desenvolvidas por grupos e/ou indivíduos vinculados aos programas, com caráter de cooperação internacional (financiamento internacional, equipes internacionais e/ou realização de pesquisas no exterior);

4.4.2 PRODUÇÃO INTELECTUAL:

A existência de produção intelectual desenvolvida por docentes, discentes e egressos vinculados aos programas, que revele cooperação internacional (divulgadas em veículos de circulação internacional, em coautoria com pesquisadores estrangeiros e/ou resultantes de projetos de pesquisa colaborativos internacionais);

4.4.3 MOBILIDADE ACADÊMICA:

A existência de iniciativas de mobilidade de discentes, egressos e docentes dos programas, promovendo trocas com instituições estrangeiras, enviando e recebendo pesquisadores e fomentando colaborações institucionais;

4.4.4 ATUAÇÃO INSTITUCIONAL:

a existência de ações de internacionalização nos objetivos do programa, como processo seletivo internacional e visibilidade internacional (site em língua estrangeira). Outras ações, como a oferta de disciplinas em língua estrangeira, serão consideradas, embora não sejam exigidas.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Redes de pesquisa são importantes, no contexto científico, por apresentarem a oportunidade, não só de compartilhamento de conhecimentos, mas principalmente do desenvolvimento de pesquisas com concepções variadas de referenciais teórico-metodológicos e de ideias baseadas no senso comum. As redes de pesquisas podem ser tomadas como sistemas sociais fortalecidos, principalmente, por vínculos institucionais e fomentos de agências governamentais indutores da criação de oportunidades de formação de pesquisadores, projetos de pesquisa colaborativos, publicações, temas de pesquisa de interesse científico globais para a solução de problemas comuns. As redes de pesquisa têm, na ciência aberta, a oportunidade de aumentar a colaboração científica e alcançar mais rapidamente a formação de pesquisadores. São fundamentais para o desenvolvimento da ciência. Nesse sentido, tomar as redes de pesquisa como opção de relacionamento social aumenta a cooperação, a solidariedade, as parcerias e a interação, impulsionando os fluxos de informação e de conhecimento, os quais favorecem a comunicação científica, a fim de buscar alternativas de conhecimento e colaboração mútuas.

Esse processo se dará por ações específicas e que denotam a responsabilidade da Área como um todo, em relação à formação de docentes e ao fomento do desenvolvimento de pesquisas que tenham os objetos da Área como foco. O impacto dessas ações inclui, dentre outros elementos, o incentivo ao intercâmbio de docentes entre programas e instituições; a criação e a manutenção de grupos e redes de pesquisa; atividades docentes e de pesquisa relacionadas à área de conhecimento, realizadas nos locais que necessitam de apoio, com vistas ao seu desenvolvimento. Além disso, é possível assessorar a construção de propostas, a criação de programas, englobando estrutura curricular, regimento, legislação pertinente, linhas e projetos de pesquisa, corpo docente, processo de seleção, dentre outros itens; associações entre IES, para a oferta de cursos de mestrado e de doutorado; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis distintos de consolidação, objetivando a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação, em regiões ou sub-regiões geográficas com baixa oferta de cursos de mestrado e doutorado.

Nesse sentido, a redução de desigualdades e assimetrias deve envolver editais que facilitem a atuação de professores visitantes ou outros; a participação em certos programas, como Dinter/Minter, Programas Nacionais de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e similares; intercâmbios de várias naturezas; a cooperação e a colaboração entre entidades governamentais e organizações civis, em projetos que visam ao

desenvolvimento econômico, social e político, à defesa e à promoção da cidadania; a organização de eventos científicos e as atividades acadêmicas, científicas e culturais desenvolvidas em associação com outros programas de pós-graduação; a criação de publicações conjuntas, bem como a organização de eventos acadêmicos, projetos de extensão e intercâmbio de docentes.

Considera-se também importante a contribuição de programas já consolidados em ações e instituições de outras localidades, em conjunto com programas ainda recentes, presentes na região. Essa ação conjunta capacita tais programas recentes a atuarem sozinhos, em demandas futuras.

A Área leva em conta assimetrias regionais e locais. Quanto às assimetrias regionais, no final da quadrienal passada, apenas 11% dos programas estavam nas regiões Centro-Oeste (7%) e Norte (4%). Inversamente, 47% dos programas estavam localizados na região Sudeste. Quanto às assimetrias locais, a área concebe como pertinente a distinção entre capital e interior. A concentração de programas da área por regiões é acompanhada pela densidade relativa de doutores.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

Solidariedade é uma opção estratégica para aumentar e dar visibilidade científica a áreas de conhecimento cujos programas de pós-graduação precisam necessariamente de apoio; para o desenvolvimento científico e a aproximação de pesquisadores, redes de pesquisa, por meio de fomento indutor, são necessárias. Além disso, representa a aproximação de pesquisadores em redes colaborativas de pesquisa para a formação de outros pesquisadores que possam ser agentes de mudança e de transformação da atuação científica.

Esse item se alinha a propostas e considerações apresentadas em outros momentos, uma vez que a concepção de solidariedade está associada a várias outras ações desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação.

Examina-se a capacidade de planejamento e inovação do Programa, em relação aos desafios da formação e inserção discente, qualificação e internacionalização da pesquisa. Além desses aspectos, são ainda relevantes para a avaliação: o processo de seleção de alunos; os procedimentos de autoavaliação; os mecanismos de credenciamento, expansão e credenciamento do corpo docente.

São levadas em conta, na avaliação desse item, ações de cooperação e formação, tais como: oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucionais, em especial os destinados às IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; associações entre IES, para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação

entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação, em regiões ou sub-regiões geográficas com pós-graduação ainda incipiente (atuação de professores visitantes); participação em alguns programas, como Dinter/Minter, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e similares.

Destacam-se aqui, especificamente, certos programas, como o Dinter/Minter e o Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Nestes, a concepção de solidariedade está evidente, pois a formação de novos mestres e doutores se direciona exclusivamente para a região onde está inserida a Instituição Receptora. Tanto o Dinter como o Minter, provavelmente, em suas origens, foram idealizados com o intuito de possibilitar a criação de novos Programas de Pós-Graduação, ampliando a oferta em locais nos quais, sem o apoio dessa iniciativa, haveria dificuldade em implantá-los. Em igual medida, o PROCAD deve ser incentivado e passar a constar das ações propostas pelos Programas, uma vez que enseja a relação de trabalhos entre instituições com experiência e outras ainda se constituindo.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Desde 2002, os programas de pós-graduação, no Brasil, vêm adotando ações afirmativas, no sentido de promover o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, nos cursos de mestrado e doutorado. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, garantindo a ampliação das políticas de inclusão de pessoas pretas e pardas, no Ensino Superior. Em 2016, por meio da Portaria nº 13, o MEC estabeleceu que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência, em seus programas de pós-graduação, como políticas de ações afirmativas (ver seu art.1º). Em consonância com a preocupação da Capes, na construção de um sistema nacional de pós-graduação mais inclusivo, a Área enfatiza a necessidade da existência, no âmbito da instituição ou no regulamento do programa, de políticas de ação afirmativa que busquem promover o acesso e a permanência na pós-graduação, assim como de boas práticas de acessibilidade para pessoas com deficiência.

As ações afirmativas são políticas de inclusão destinadas a combater a discriminação social, étnico-racial, de gênero e religiosa, visando a promover a igualdade de grupos historicamente marginalizados. No Brasil, essas ações ganharam destaque após a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, em 2001, resultando na aprovação de algumas legislações, como a Lei nº 12.711/2012, a qual reserva vagas em universidades para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência, e a Lei nº 12.990/2014, que implementa cotas em concursos públicos federais.

A política de cotas nas universidades começou com iniciativas estaduais e foi fortalecida em 2004, nas universidades federais. Embora a adoção de ações afirmativas na pós-graduação tenha sido mais lenta, com a publicação da Portaria Normativa nº 13, de 2016, a situação começou a mudar. Recentemente, a Lei nº 14.723, de 2023, incluiu explicitamente a adoção de ações afirmativas na pós-graduação, em instituições federais, o que pode ampliar a inclusão de grupos minoritários.

Estudos recentes apontam para a necessidade de se garantir direitos básicos e condições adequadas para os jovens pesquisadores, como a inclusão de pós-graduandos no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual foi aprovado pelo Congresso, em 2023. Assim, as ações afirmativas devem ser aprimoradas, de sorte a assegurar a inclusão efetiva e o suporte necessário para a formação de uma nova geração de cientistas, no Brasil.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

A Área entende que a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação demanda um olhar estratégico, por parte da Capes, no que diz respeito à expansão do sistema. Se, por um lado, a sociedade percebe que ainda é preciso mudar o cenário das assimetrias regionais, quanto à oferta de cursos, nas diferentes regiões do país, por outro, é preciso que sejam desenvolvidos planejamentos estratégicos quanto à proposta e implementação de cursos novos. Tais planejamentos devem fazer parte da rotina das instituições e da Capes.

Para as instituições, é fundamental que a proposta e a implementação de cursos novos estejam ancoradas no planejamento estratégico da instituição, de modo a fomentar o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação. Às instituições cabe, ainda, evitar a sobreposição de cursos, numa mesma área do conhecimento, seja pela oferta de vários cursos numa mesma área, seja pela oferta de cursos semelhantes em áreas distintas, compreendendo a replicação de uma área já contemplada por programas da instituição.

À Capes compete o estabelecimento de políticas quanto ao potencial de expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, para a redução das assimetrias regionais e para a oferta de cursos diversificados, tomando como referência determinadas questões, como demografia, desenvolvimento regional e ausência de competências.

Em consonância com as normativas da Capes, a Área não incentivará o desmembramento de programas, pois, assim, eles se organizarão de forma mais sistêmica e menos pulverizada. Conforme concebe a Área, o desmembramento de

programas fomenta a sobreposição de cursos de uma mesma área e na mesma instituição, o que não é conveniente.

A fusão é o processo pelo qual dois ou mais programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento se unem, para a formação de um novo programa ou para integração de discentes, docentes, recursos e infraestrutura a um dos programas, extinguindo-se o programa que foi incorporado. É permitida a união de programas do mesmo nível e de níveis diferentes, desde que da mesma modalidade, acadêmica ou profissional.

O desmembramento é um processo no qual um programa de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento tem a proposta, o quadro docente, os discentes e a infraestrutura subdivididos, quer para compor outro programa existente, quer para criar um ou mais programas novos, desde que se mantenha, necessariamente, o programa original. Por isso, a Área analisará o desmembramento, no todo ou em parte, de curso ou de áreas de concentração ou de linhas de pesquisa do programa originário, desde que isso signifique uma melhor adequação das competências ou uma expansão da diversidade de cursos.

A migração é o processo no qual ocorre a transferência de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento de uma instituição para outra, mantendo necessariamente suas características. Por isso, a migração deverá acontecer em todos os níveis do programa, simultaneamente.

Todo o fomento – cota de bolsas e recursos financeiros – envolvido após as ações de fusão, desmembramento e migração é regido por normativas da Capes.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

7.1 Tipos de trabalho final

Outras formas de trabalhos finais, tanto em Mestrado quanto em Doutorado, foram debatidas no Seminário de Meio-Termo de 2019 da Área de Comunicação, Informação e Museologia. Discutiu-se a inclusão de produtos e processos que ultrapassem o formato tradicional de teses e dissertações, valorizando a experimentação, a inovação e a criação. A proposta reconhece a relevância da produção teórica, todavia, amplia seu escopo, ao incorporar criações que envolvem linguagens textuais, gráficas, sonoras, audiovisuais e digitais, englobando também práticas ligadas à fotografia, design de games e aplicativos.

Esse modelo enfatiza a dimensão artística e tecnológica da pesquisa, na Área, estimulando a interação com diferentes níveis de investigação. Ao conjugar a reflexão acadêmica com a experimentação criativa, a pesquisa pode se vincular diretamente às práticas socioculturais emergentes, promovendo maior inserção social. O desenvolvimento de produtos inovadores e socialmente relevantes não apenas responde aos problemas detectados pela pesquisa, mas também oferece soluções concretas e criativas para desafios culturais, sociais e tecnológicos.